



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2015

OPERAÇÕES AEROPORTUÁRIAS

Em 2015, o GRU Airport não mostrou um crescimento expressivo como nos anos anteriores, sofrendo os impactos do cenário econômico nacional. No entanto, nota-se resiliência nas suas operações domésticas e internacionais, que se mantêm com os números mais expressivos no setor aéreo brasileiro. Seguindo a linha de potencializar o desenvolvimento do negócio aéreo através da disponibilização da infraestrutura, em 2015, o GRU Airport conseguiu ampliar a sua capacidade de movimentos de pistas passando de 47 para 52 movimentos por hora. Essas alterações passam a valer em março de 2016 e permitem ao GRU Airport ofertar ao mercado mais 10% do total de slots no aeroporto.

Ainda em 2015 foi entregue a entrada centralizada no Terminal 2 (TPS2) agilizando o processo de embarque doméstico e melhorando o nível de serviço ao passageiro. Tal mudança refletiu no aumento da capacidade dos antigos Terminais 1 e 2 em cerca de 6 milhões de passageiros/ano, elevando a capacidade do aeroporto para 48 milhões por ano. Esse aumento se dá pela operacionalização e realocação de antigas áreas dessa estrutura.

Por fim, ressaltar a melhoria do nível de serviço ao passageiro evidenciado nas pesquisas trimestrais da SAC. O GRU Airport consolidou-se como o melhor aeroporto entre os de maior movimento no país e o que mais cresce na satisfação do público no ranking geral.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2015	2014	Variação %
Nº Total de Passageiros incluindo conexões (Milhares)	39,0	39,5	-1,4%
MTA Total (Mil)	295,0	304,6	-3,1%
MTA Internacional (Mil)	79,0	81,0	-2,5%
MTA Doméstico (Mil)	216,0	223,5	-3,4%
Volume de Cargas¹ (mil tons)	263,5	339,8	-22,5%
Importação Desembarque (mil tons)	120,9	138,2	-12,5%
Exportação Embarque (mil tons)	115,6	117,2	-1,3%
Courier Embarque/Desembarque (mil tons)	3,6	5,3	-32,2%
Carga Nacional Movimentada (mil tons)	23,3	79,1	-70,5%
Companhias Aéreas ²	48	47	2,1%
Destinos	112	110	1,8%
Vagas de Estacionamento ³	8.452	8.005	5,6%
Estabelecimentos Comerciais ⁴	238	227	4,8%

¹ Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)
² Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares
³ Incluindo vagas para motocicletas
⁴ Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A recessão econômica do país, com maior impacto a partir do 3º trimestre, proporcionou uma queda no crescimento da receita do Aeroporto. Em 2015, o faturamento do aeroporto foi 5,2% maior que em 2014, representando R\$ 92,3 milhões a mais.

Para o mesmo período, o custo cresceu somente 3,6% em relação ao ano anterior. O crescimento abaixo da inflação é reflexo do esforço da companhia em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional, e pode ser observado com a redução de custos de pessoal (nova estrutura organizacional) e com a redução das despesas administrativas. Em contrapartida, a operação do Terminal 3 (TPS3) e bem como a reforma do Terminal 2 (TPS2), demandaram aumento dos gastos com manutenção. Por fim, a Companhia contratou em 2015 consultorias focadas em otimização de custos e estudos técnicos para de potencialização das receitas tarifárias e não tarifárias.

O EBITDA ajustado na comparação dos períodos apresentou crescimento de 2,7%, mesmo com o aumento apresentado na linha de custos e despesas.

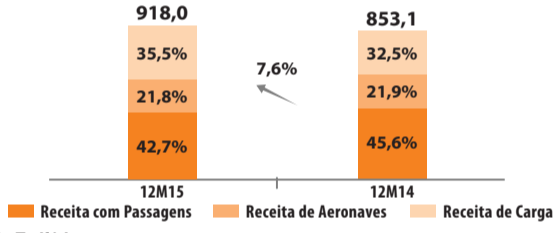
Abaixo são apresentadas as principais linhas referentes ao desempenho econômico financeiro do GRU Airport.

RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	2015	2014	Variação %
Receitas Tarifárias	918,0	853,1	7,6%
Receitas Não Tarifárias	938,1	910,7	3,0%
Receita Bruta Ajustada	1.856,1	1.763,8	5,2%
Deduções da Receita Bruta	(231,3)	(187,5)	23,4%
Receita Líquida Ajustada	1.624,8	1.576,3	3,1%

Ajustes: Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita de Construção
Receitas Tarifárias
 A receita bruta tarifária atingiu R\$ 918 milhões em 2015, 7,6% a mais que 2014. Apesar da queda nos indicadores operacionais do aeroporto, o impacto da inflação no reajuste das tarifas de passageiros e aeronaves, associado ao aumento da receita de importação decorrente da desvalorização cambial proporcionaram o aumento nas Receitas Tarifárias na comparação com o ano anterior.

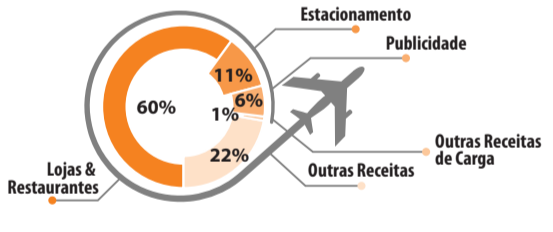
RECEITA TARIFÁRIA POR SEGMENTO



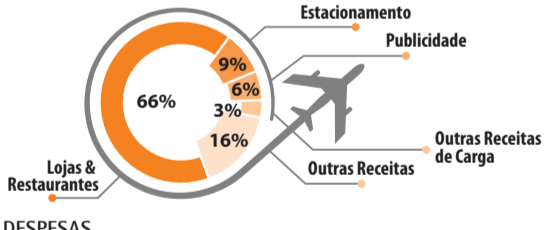
Receitas Não Tarifárias

A receita bruta não tarifária atingiu R\$ 938,1 milhões em 2015, 3% maior que os R\$ 910,7 milhões realizados em 2014. A crise econômica afetou o consumo por parte dos passageiros nas dependências do aeroporto, principalmente na linha de Duty Free, Varejo e Alimentação, verificado principalmente a partir do 3º trimestre de 2015.

RECEITA NÃO TARIFÁRIA POR SEGMENTO - 2015



RECEITA NÃO TARIFÁRIA POR SEGMENTO - 2014



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2015	2014	Variação %
Pessoal	(170,8)	(179,7)	-4,9%
Conservação & Manutenção	(116,6)	(106,1)	9,8%
Operacionais	(179,7)	(148,6)	20,9%
Despesas Administrativas	(90,2)	(95,8)	-5,9%
Outorga Variável	(183,5)	(185,1)	-0,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados*	(740,8)	(715,3)	3,6%

* Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção
 * Desconsidera Depreciação e Amortização
 Em 2015, os custos e despesas operacionais ajustados cresceram R\$ 25,5 milhões (3,6%) em comparação ao ano anterior.

Pessoal: Redução de R\$ 8,9 milhões ou 4,9% em 2015, relacionado ao aumento de eficiência operacional e adequação do quadro de empregados.
Conservação e Manutenção: Os custos e despesas alocados nessa rubrica aumentaram R\$ 10,4 milhões (9,8%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento decorre da operação plena do Terminal 3 (TPS3) e de outros gastos com melhoria da infraestrutura aeroportuária.

Operacionais: Os custos dessa rubrica aumentaram R\$ 31,1 milhões justificados principalmente pelos reajustes tarifários e pela implementação do sistema de bandeiras na conta de Energia Elétrica.

Despesas administrativas: A redução de R\$ 5,6 milhões (-5,9%) em 2015 justificados, principalmente, pelo aumento do reembolso de despesas e serviços compartilhados com cessionários e prestadores de serviços no site aeroportuário, tais como: energia elétrica, água e custos com limpeza.

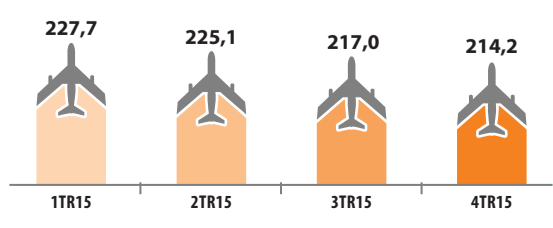
Outorga variável: A redução de R\$ 1,5 milhão (-0,8%) em 2015 dessa linha de despesa decorre da receita prevista no contrato de concessão (receita referencial) ter apresentado em 2015 crescimento real acima do verificado no ano, de tal forma que a receita neste período não atingiu a faixa excedente, diferente do observado em 2014 (aliquota aplicada até a receita referencial: 10%; aliquota aplicada acima da receita referencial: 15%).

EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	2015	2014	Variação %
Receita Líquida Ajustada ¹	1.624,8	1.576,3	3,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ²	(740,8)	(715,3)	3,6%
EBITDA Ajustado¹	883,9	860,9	2,7%
Margem EBITDA (%) Ajustada ¹	54,4%	54,6%	-0,4%

Instrução CVM Nº 527/12;
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção
² Desconsidera Depreciação e Amortização
 O EBITDA Ajustado em 2015 foi de R\$ 883,9 milhões, representando um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2014. A margem EBITDA decresceu 0,4 p.p., o principal fator que contribuiu para a essa redução foi o aumento de custos e despesas operacionais.

EBITDA Ajustado (R\$ MM)



LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO

R\$ MM	2015	2014	Variação %
(Prejuízo) líquido do exercício	(1.372,4)	(396,3)	236,70%
(-) Impacto Outorga Fixa (contábil)	1.743,4	965,4	75,10%
Resultado líquido pré outorga fixa	371,0	569,1	-35,70%
(+) Outorga Fixa - Caixa	(1.016,3)	(933,3)	8,90%
(Prejuízo) líquido do exercício ajustado	(645,3)	(364,2)	81,30%

Em 2015, o prejuízo líquido foi de R\$ 1.372,4 milhões, R\$ 976,1 milhões maior em relação ao ano anterior. O aumento do prejuízo apresentado pela Companhia decorre, principalmente, da despesa financeira atualizada da Outorga Fixa a pagar para o Poder Concedente. Essa atualização segue normas contábeis vigentes e trata-se da evolução da contabilização da variação monetária da Outorga Fixa, que, conforme os investimentos vão sendo realizados, deixa de ser capitalizada no Ativo Intangível e passa a ser reconhecida nas despesas financeiras. Outro fator de grande impacto na atualização da Outorga Fixa é a correção do IPCA, que tem apresentado um crescimento acentuado.

O aumento das despesas de amortização decorrente da entrega do Terminal 3 (TPS3) e de outras obrigações contratuais ao longo de 2014 impacta o resultado líquido de 2015 em relação ao mesmo período do ano anterior. Caso a contabilização da outorga fixa fosse realizada pelo valor pago no ano, em vez da metodologia atual, o impacto no resultado seria R\$ 281,1 milhões menor em relação ao ano anterior. Neste cenário, o prejuízo registrado para o exercício de 2015 seria de R\$ 645,3 milhões em vez de R\$ 1.372,4 milhões.

Importante destacar que, caso não houvesse outorga fixa, a operação seria em 2015 superavitária mesmo com a incidência da amortização dos bens e despesas de financiamento.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

O ano de 2015 teve como principal investimento o projeto Retrofit do Terminal 2 (TPS2). A empresa também investiu em sistemas de docagem (VDGS), sistema de bagagem (BHS), recuperação do pavimento em pistas e pátios, implantação do sistema SAP, nova seção contra-incêndio (SCI), aquisição de novos equipamentos para terminais, criação de estação de tratamento de resíduos e implantação do CMS (sistema de gerenciamento de cargas).

R\$ MM	2015	2014
Imobilizado	4,7	10,2
Intangível	286,4	1.239,0
Total Investido	291,1	1.249,2
Capitalização do Resultado Financeiro	672,9	628,2
Margem de Construção	9,1	38,8
Investimento Contábil	973,1	1.916,2

ESTRUTURA FINANCEIRA

R\$ MM	2015	2014	Variação %
Dívida Bruta	3.378,6	3.115,7	8,4%
Circulante	9,9	8,1	22,6%
Não circulante	2.677,1	2.472,4	8,3%
Debitante	691,6	635,3	8,9%
Disponibilidades	102,5	277,9	-63,1%
Caixa e equivalentes de caixa	45,1	232,1	-80,6%
Aplicações Financeiras	57,5	45,7	25,8%
Dívida Líquida	3.276,1	2.837,9	15,4%

A dívida líquida da Concessionária aumentou em R\$ 438,2 milhões (15,4%). O principal fator são as novas captações do empréstimo de Longo Prazo com BNDES e bancos repassadores.

PRÊMIO E RECONHECIMENTO

Em 2015, o GRU Airport foi reconhecido em pesquisa realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) como o melhor aeroporto do país no terceiro e quarto trimestres de 2015, na categoria de aeroportos que recebem mais de 15 milhões de passageiros por ano. A pesquisa é realizada a cada trimestre para avaliar o desempenho operacional dos principais aeroportos do Brasil.

O GRU Airport foi considerado o terceiro aeroporto de grande porte mais pontual do mundo, segundo a consultoria britânica OAG. O ranking de pontualidade de 2015 foi liderado pelo aeroporto de Haneda, em Tóquio (Japão), com média de 91,25% da OTP (*on-time performance* ou desempenho pontual).

Em seguida, vieram os terminais de Munique (Alemanha), com 87,71%, e de Guarulhos, com 87,47%.

Em pesquisa Datafolha Turismo - Viajar 2015, GRU Airport foi eleito o melhor aeroporto do país, na opinião dos usuários, tendo sido citado por 64% das pessoas ouvidas.

Em Madri, a Global Trade Leaders' Club, associação que reúne 7,5 mil lideranças empresariais de 95 países, concedeu ao Terminal 3 (TPS3) o Prêmio Construção Internacional, reconhecendo o comprometimento do GRU Airport com a qualidade e a excelência dos serviços.

Com o objetivo de premiar, segundo a publicação World Finance, os "mais impressionantes projetos de infraestrutura do mundo", o GRU Airport recebeu o prêmio Airport Deal of the Year 2014. A publicação, uma das principais do setor de finanças do mundo, com sede em Londres, reconheceu o GRU Airport pelo seu projeto de financiamento. O mesmo projeto também conferiu ao GRU Airport o prêmio *Latin Finance Infrastructure Finance Awards - Best Airport Finance 2014*. A premiação concedida pela revista *Latin Finance* considerou todo o processo de financiamento como um marco para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes do Brasil e um modelo para projetos similares, principalmente na área de transportes.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DESEMPENHO AMBIENTAL

As ações ambientais da Companhia visam uma atuação consciente, com o atendimento às legislações pertinentes e o respeito ao meio ambiente, visando reduzir ou minimizar os impactos ambientais associados à operação aeroportuária.

A Companhia estabeleceu uma Política Integrada de Segurança Operacional, cujo objetivo principal é a prevenção de acidentes no site aeroportuário, promovendo a segurança para as pessoas, para o trabalho, o patrimônio e o meio ambiente.

O sistema de gestão do meio ambiente da empresa está integrado ao Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional, visto que há várias interfaces do meio ambiente com a segurança das atividades operacionais. O desenvolvimento da gestão ambiental partiu do estabelecimento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, que definiu o planejamento, atividades, responsabilidades, planos, programas e processos para desenvolver, implementar, monitorar, atingir e manter a política integrada da empresa. Os programas ambientais estabelecidos envolvem ações na área de licenciamento, gestão de resíduos, de consumo de recursos naturais, fauna, sensibilização e treinamento sobre fundamentos básicos de meio ambiente, entre outras atividades, que podem envolver inclusive a comunidade vizinha ao aeroporto sempre com o objetivo de prevenir os riscos às operações e a minimização de impactos ao meio ambiente.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social do GRU Airport tem como objetivo abrir um canal de diálogo com a comunidade, gerar desenvolvimento social no entorno do aeroporto e fomentar a sustentabilidade do negócio. Os principais projetos sociais apoiados pelo GRU Airport são:

Projeto Afinando o Futuro com Arte: projeto socioeducativo, localizado no site aeroportuário para atendimento de 120 crianças e adolescentes do entorno do aeroporto.

Primeiro Voo: Parceria com a Wizard Idiomas, o projeto oferece curso de inglês para os atendidos no projeto Afinando o Futuro com Arte visando, futuramente, prepará-los para o mercado de trabalho.

Decolando com Guarulhos: Parceria com a Sebrae com o objetivo de estimular a formalização de empreendedores e o fortalecimento das micro e pequenas empresas do município de Guarulhos.

Investimento social - Subcrédito Social C: Linha de crédito contrada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinada a investimentos sociais em benefício da população local. Já foram aprovados os seguintes projetos:

Prêmio "Decolando com Guarulhos": Investimento em infraestrutura e/ou máquinas e equipamentos, dedicados a microempreendedores do entorno.

Bioplanet: Usina de Biodiesel a partir de óleo de cozinha usado, operada pela Coopreciclável (Cooperativa de Catadores da região de Guarulhos).

Acolhimento e capacitação: Reforma e ampliação do abrigo para acolhimento e capacitação de refugiados.

Afinando o Futuro com Arte: Investimento na infraestrutura e equipamentos do projeto.

Coíseu Boxe Center: Reforma da unidade esportiva dos "Pimentas". Projeto de esporte para jovens de comunidades carentes.

Dando um tempo: Construção da casa de passagem para mulheres em situação de rua.

RECURSOS HUMANOS

As práticas de recursos humanos disseminam ações direcionadas para atrair, desenvolver, reconhecer e reter profissionais capazes de sustentar a estratégia da empresa. Além disso, busca agregar valor a partir do desenvolvimento das pessoas, com ações voltadas para a análise de performance, mapeamento das competências e no aprimoramento da capacitação profissional, atuando na melhoria contínua do ambiente de trabalho. Em 2015, realizamos 145.697 mil horas de treinamentos para empregados e a comunidade aeroportuária.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes são valorizadas na Companhia e, como representantes desta, precisam atuar em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores da Concessionária. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo de denúncia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

A Invepar implementou um programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos tanto para a *holding*, assim como para suas controladas, com a definição de políticas de risco e a consolidação dos trabalhos. GRU Airport aderiu a este programa e neste processo, foi criado o Comitê de Risco, que acompanha trimestralmente o avanço da mitigação dos riscos identificados e se reúne semestralmente para reportar o andamento das ações adotadas à sua diretoria. Essas informações são compiladas e repassadas ao Comitê Executivo da Invepar e ao Comitê de Auditoria.

Dessa forma, GRU Airport busca garantir a segurança do usuário e a disponibilidade do serviço prestado, assim como promover a mitigação dos riscos em suas mais diversas naturezas e garantir retorno para o acionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta suas demonstrações financeiras do ano de 2015, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes em 2014 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2015.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Aos Senhores Acionistas,

A administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária") apresenta-lhes, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O GRU Airport é hoje a principal porta de entrada de passageiros e cargas do Brasil e da América Latina, segundo a *ACI - Airports Council International* e a *CAFA - Centre for Aviation*, respectivamente.

O ano de 2015 foi um ano fundamental para a consolidação da imagem de GRU Airport. Após o início das operações do Terminal 3 (TPS3), em 2014, inauguramos uma nova área de embarque do Terminal 2 (TPS2), em 2015, centralizando os voos domésticos. Também renomeamos os terminais, check-in, portões e esteiras de bagagem, visando a melhor orientação e localização dos passageiros.

Recebemos a autorização para operar com aeronaves Código F e recebemos o gigante A380. Fomos eleito o 3º aeroporto de grande porte mais pontual do mundo pela OAG (*Official Aviation Guide of the Airways*), além de ter sido o que apresentou a maior evolução na pontuação da pesquisa SAC (Secretaria da Aviação Civil) nas duas últimas pesquisas trimestrais, consolidando a posição de melhor aeroporto do Brasil entre aqueles de grande movimentação (acima de 15 milhões de passageiros/ano).

Inauguramos novas rotas para três destinos internacionais: Aruba, Punta del Este e Bariloche. Além dos novos destinos, aumentamos a capacidade em importantes rotas como Santiago, Punta Cana, Lima, Cancun e Mendoza. Em paralelo, a rota para Charlotte foi descontinuada e houve reduções de capacidade para destinos como Caracas, Santo Domingo, Newark e Buenos Aires.

Em termos financeiros, a receita total cresceu 5,2% e o EBITDA¹, 2,7% em relação ao ano de 2014. O baixo crescimento é reflexo do cenário econômico local de recessão, que reduziu o fluxo de passageiros nacionais e internacionais, bem como contraiu sua intenção de consumo. Em contrapartida, a companhia vem trabalhando fortemente na redução de custos/despesas visando aumentar o nível de eficiência operacional.

A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço e o foco na geração de valor para o acionista são parte da filosofia que faz com que GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior e melhor aeroporto da América Latina e um dos melhores do mundo.

AUMENTO DA CAPACIDADE DA PISTA

No dia 7 de outubro de 2015, o GRU Airport teve sua capacidade ampliada de 47 para 52 movimentos/hora de aeronaves (pousos e decolagens). Este é o resultado de um conjunto de ações iniciadas com a concessão do aeroporto em junho de 2012. Alguns fatores que contribuíram para essa conquista foram a melhoria nos serviços de infraestrutura em terminais, pátios e pistas e os procedimentos operacionais na gestão do tráfego aéreo com base no conceito A-CDM (*Airport Collaborative Decision Making*). Importante destacar que a Concessionária também concluiu a implantação do sistema de pouso por instrumentos, o ILS Categoria III-A, que iniciou sua operação no fim de junho. Com o novo sistema, o risco de fechamento do aeroporto e de alternância de voos foi bastante reduzido. O



* continuação

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.090	232.110
Contas a receber	6	214.290	208.618
Estoques		16.598	16.042
Impostos a recuperar	7a	42.569	19.015
Despesas antecipadas		3.956	5.258
Outros adiantamentos		3.018	4.499
Total do ativo circulante		325.521	485.542
Não Circulante			
Aplicações financeiras	5	57.455	45.745
Impostos a recuperar	7a	443.221	117.683
Partes relacionadas	8	17.713	17.713
Depósitos judiciais	15	1.758	417
Imobilizado	9	13.320	18.044
Intangível	10	15.665.393	15.799.553
Total do ativo não circulante		16.198.860	15.999.155
Total do Ativo		16.524.381	16.484.697

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Circulante			
Fornecedores		74.828	72.218
Empréstimos e financiamentos	11	9.896	8.071
Debêntures	12	14.859	43.929
Impostos a recolher	7d	10.832	10.995
Obrigações com empregados e administradores	13	32.996	30.722
Concessão de serviço público	14	1.216.367	1.178.361
Partes relacionadas	8	35.506	22.216
Receita diferida	16	6.142	5.000
Outros		89.517	52.484
Total do passivo circulante		1.490.943	1.423.996
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	2.677.074	2.472.382
Depósitos judiciais	12	676.771	591.338
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7e	209.814	159.378
Concessão de serviço público	14	11.648.476	10.861.467
Provisão para riscos	15	5.446	2.906
Receita diferida	16	44.372	38.333
Total do passivo não circulante		15.261.957	14.125.804
Patrimônio Líquido			
Capital social	17a	1.424.559	1.215.559
Prejuízos acumulados		(1.653.078)	(280.662)
Total do patrimônio líquido		(228.519)	934.897
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		16.524.381	16.484.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	17a	1.215.559	(280.662)	934.897		
Aporte de capital	17a	209.000	-	209.000		
Prejuízo do exercício		-	(1.372.416)	(1.372.416)		
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	17a	1.424.559	(1.653.078)	(228.519)		
Saldos em 1º de Janeiro de 2014	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Reversão de dividendos propostos	17a	1.215.559	5.782	82.393	-	1.303.734
Prejuízo do exercício		-	-	27.464	-	27.464
Absorção do prejuízo		-	(5.782)	(109.857)	(396.301)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	17a	1.215.559	-	-	115.639	(280.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR ("Grupar"), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 11 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14. Pelos próximos 17 anos, a Concessionária receberá investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.165.422 (R\$ 938.454 em 31 de dezembro de 2014). Frente às obrigações da Concessionária, o capital circulante líquido pode permanecer negativo por alguns períodos do ano, principalmente pelo reconhecimento da parcela anual da Outorga Fixa a pagar que tem natureza de curto prazo. Esse comportamento do capital circulante líquido é característico do negócio e tende a encontrar o equilíbrio em função da realização de seus resultados operacionais nos meses que seguem após o pagamento da obrigação de curto prazo, além do alcance da maturidade do negócio. A administração da Concessionária tem atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhoria dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, existe o compromisso dos acionistas de realizar o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Concessionária.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos emitidas pelo Conselho Nacional de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPQ 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciamento a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observado ou estimado por meio de outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como valor líquido realizável mencionado na IAS 2 Estoques (equivalente ao CPC 16 (R1)) ou valor em uso na IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)). Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 24. 2.3. Apresentação das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária. A Administração da Concessionária autoriza a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de março de 2016. 2.4. Reconhecimento de receita: As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável: a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Receita de construção: A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado. A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras. 2.5. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de avaliação. 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. 2.7. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber. 2.8. Estoques: Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. 2.9. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear e taxa que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.10. Intangível: Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, ativos relacionados à infraestrutura sendo registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.11. Benefícios a empregados: A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos lucros, dentre outros. E é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infrero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infrero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagados em troca daqueles serviços. 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2015 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 2.13. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquota
Receitas tributáveis	1,65%
Receitas não tributáveis	7,60%
Receitas financeiras	0,65%

Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, 1,65%; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social COFINS, 7,60%; Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS, 5,00%. Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de Abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulação. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), corrente e diferida, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste no valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de cálculos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributários praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado: A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. 2.18. Instrumentos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa; instrumentos financeiros; contas a receber e créditos com partes relacionadas. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público. b) Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Concessionária não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado. Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. 2.19. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.20. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.22. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.23. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.24. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.25. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.26. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.27. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.28. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.29. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.30. Contratos de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista a transferência a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. Os concessionários têm acesso às instalações para operar a infraestrutura para prestação de serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um passivo direto incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.31. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: A Concessionária não adotou as IFRSs novas e revisadas, já emitidas, a seguir: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016: • Modificações à IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola; • Modificações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização; • Modificações à IFRS 11 - Custos de empréstimos; Custos de empréstimos



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

—* continuação

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Fundos de investimentos - não circulante (a)
Saldo de aplicações financeiras

	31/12/2015	31/12/2014
	57.455	45.745
	57.455	45.745

(a) Títulos para negociação: A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 98,92% do CDI (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2014) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC.

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber tarifárias	97.600	92.822
Aeronaves e passageiros	7.992	7.128
Armazenagem e capatazia	105.592	99.950
Contas a receber não tarifárias	117.824	124.885
Cessão de espaço	(9.126)	(16.217)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD		
Total	214.290	208.618

Em 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total de contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	>151 dias	
31 de dezembro de 2015	214.290	(9.126)	182.345	12.926	7.647	1.471	5.133	1.095	1.004	11.795

	Total de contas a receber	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	>151 dias	
31 de dezembro de 2014	208.618	(16.217)	174.786	13.004	1.748	15.538	1.702	1.421	653	15.983

Em 31 de dezembro de 2015 a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 9.126 (R\$16.217 em 31 de dezembro de 2014), onde 83% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias. Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(16.217)	(12.808)
Adições	(14.536)	(26.730)
Reversões	4.795	23.321
Baixas	16.832	—
Saldo no fim do exercício	(9.126)	(16.217)

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	16.159	13.634
PIS e COFINS	26.369	5.360
ISS	41	21
Total dos impostos a recuperar - circulante	42.569	19.015
PIS e COFINS - não circulante	443.221	117.683

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras. Durante o exercício de 2015, a Companhia, suportada por seus consultores e assessores legais realizou estudo acerca da legislação das contribuições para o PIS e a COFINS e concluiu que determinados investimentos realizados no ativo intangível são passíveis de creditamento das citadas contribuições. Como consequência, foi transferido o valor de R\$ 369.107 do ativo intangível para a conta de impostos a recuperar. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
IRRF	688.029	688.029
Diferenças temporárias - provisões indutíveis	18.041	22.360
Outorga fiscal ^(*)	(878.864)	(833.716)
Margem de construção ^(*)	(37.020)	(36.051)
	(209.814)	(159.378)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados em quotas fixas mensais, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV artigo 69 da Lei 12.973/14. A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 499.776 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 200.390 em 31 de dezembro de 2014) de imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2015, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 700.166. A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Ativo
2020	17.759
2021	51.870
2022	86.917
2023 a 2025	549.524
Saldo de imposto diferido ativo	706.070

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer dentro os próximos 10 anos. c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominal e efetivo: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.321.980)	(296.800)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	449.473	100.912
Ajustes efetuados		
Diferenças permanentes	(133)	(23)
Imposto de renda e contribuição social não constituídos	(499.776)	(200.390)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(50.436)	(99.501)
d) <u>Impostos a recolher</u>		
PIS e COFINS	879	1.428
ISS	4.004	1.654
ISS terceiros	1.156	1.213
IRRF	2.102	2.356
INSS sobre terceiros	1.695	2.374
PIS, COFINS e Contribuição social - PCC	996	1.970
Total Circulante	10.832	10.995

Legislação geral: Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentro os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015. Os principais impactos da adoção à Lei 12.973/14 foram: • Alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da participação do intangível; • Unificação das taxas de amortização contábil e fiscal pela curva de PAX; e • A extinção do RTT.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo não circulante	17.713	—
Passivo circulante	—	11.329
Resultado	—	521
	—	457
	17.713	35.506
	—	11.329
	—	103.126

	31/12/2014	31/12/2014
Ativo não circulante	17.713	—
Passivo circulante	—	11.329
Resultado	—	521
	—	457
	17.713	22.216
	40.875	—
	—	580.433

(*) Os valores referentes à Construtora OAS S.A. (acionista da Invepar) estão representados na rubrica de fornecedores quando dos saldos no passivo e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária pagou à OAS o montante de R\$ 70.035 (R\$ 550.791 no período findo em 31 de dezembro de 2014) pela prestação de serviços de construção. Em 26 de março de 2015, a Concessionária pagou à ACSA (Airport Company South Africa) o montante de R\$ 6.918 referente a serviço de consultoria técnica (R\$ 10.673 em dezembro de 2014 referente ao contrato de prestação de serviços relacionados a gastos com funcionários). a) Sumário das transações entre partes relacionadas: (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes à INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária. (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metro Rio são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária. (iii) Em agosto de 2012, a Concessionária celebrou com a Construtora OAS contrato de execução de obras civis em regime de empreitada e preço global, cujo prazo é de 46 meses. Em setembro de 2012, a Concessionária adiantou à Construtora OAS o montante de R\$ 104.459 referentes aos serviços de mobilização para o projeto de construção, modernização e ampliação conforme contrato firmado entre as partes, a ser amortizado em 46 parcelas iguais de R\$ 2.271. O preço acordado entre as partes foi de R\$ 2.132.278, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços. Em 8 de agosto de 2014 houve um aditivo contratual devido à necessidade de adequação das áreas ao projeto executivo no valor de R\$ 210.917, totalizando R\$ 2.343.195. A contratação da parte relacionada OAS foi aprovada em reunião da administração realizada em 21 de agosto de 2012. Em virtude da antecipação das entregas das obras em 17 de novembro de 2015 foi amortizado o montante de R\$ 20.438 referente ao saldo das parcelas do adiantamento realizado em setembro de 2012. O contrato está em fase de encerramento, sem pleito identificado. b) Remuneração dos pessoal-chave da Administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração fixa anual	—	—
Salário ou pró-labore	5.145	6.244
Bônus	2.475	3.792
Outros benefícios	206	367
Encargos	1.610	1.676
Total da remuneração	9.436	11.679

A remuneração da administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. Em 31 de dezembro de 2015, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 1.318 (R\$2.996 em dezembro de 2014). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015 para o exercício de 2015 é de R\$ 11.300, não incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Movimentação do período						
Custo		907	333	—	—	1.240
Instalações	5%	11.820	1.306	(6.913)	—	6.213
Máquinas e equipamentos	10%	2.988	53	(454)	—	2.587
Móveis e utensílios	20%	1.075	1.036	—	—	2.111
Veículos	20%	6.632	1.925	(121)	—	8.436
Equipamentos de informática	20%	23.422	4.653	(7.488)	—	20.587
Total		44.844	10.286	(14.976)	—	40.154
Depreciação acumulada						
Instalações	(8)	(17)	—	—	—	(25)
Máquinas e equipamentos	(858)	(1.791)	6	—	—	(2.643)
Móveis e utensílios	(189)	(318)	—	—	—	(507)
Veículos	(29)	(139)	—	—	—	(168)
Equipamentos de informática	(873)	(1.162)	—	—	—	(2.035)
Total	(1.957)	(3.427)	6	—	—	(5.378)
		11.301	6.761	(18)	—	18.044

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Movimentação do período						
Custo		907	333	—	—	1.240
Instalações	5%	11.820	1.306	(6.913)	—	6.213
Máquinas e equipamentos	10%	2.988	53	(454)	—	2.587
Móveis e utensílios	20%	1.075	1.036	—	—	2.111
Veículos	20%	6.632	1.925	(121)	—	8.436
Equipamentos de informática	20%	23.422	4.653	(7.488)	—	20.587
Total		44.844	10.188	(8)	—	40.154
Depreciação acumulada						
Instalações	(8)	(17)	—	—	—	(25)
Máquinas e equipamentos	(858)	(1.791)	6	—	—	(2.643)
Móveis e utensílios	(189)	(318)	—	—	—	(507)
Veículos	(29)	(139)	—	—	—	(168)
Equipamentos de informática	(873)	(1.162)	—	—	—	(2.035)
Total	(1.957)	(3.427)	6	—	—	(5.378)
		11.301	6.761	(18)	—	18.044

Em 31 de dezembro de 2015, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 9.734 (R\$ 9.451 em 31 de dezembro de 2014). Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	2017	2018	2019	2020	2021 em diante
Juros	34.279	34.279	54.844	68.556	484.813
Custo de emissão	—	—	—	—	676.771
Total	34.279	34.279	54.844	68.556	1.161.584

Até 31 de dezembro de 2015 a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 59.229 sendo, R\$ 6.867 referentes à remuneração da 1ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 7.336 referentes à remuneração da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 10.731 referentes à remuneração da 3ª série da 1ª emissão de debêntures, R\$ 12.856 referentes à remuneração da 4ª série da 1ª emissão de debêntures e R\$ 20.041 referentes à remuneração da 1ª série da 2ª emissão de debêntures conforme cronograma de pagamentos. Garantias e cláusulas restritivas financeiras: As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (Infraero e Grupar), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (Equity Support Agreement - ESA). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os covenants deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas em 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

As baixas no exercício no montante de R\$5.618 referem-se à reclassificações do imobilizado para o intangível por se tratarem de bens vinculados à operação. Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza. Perdas por redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Movimentação do período						
Custo		33.157	11.494	—	(277)	44.374
Software e sistemas	20%	33.157	11.494	—	(277)	44.374
Direito de concessão - Investimento	(a)	1.373.167	62.490	(97)	562.756	3.798.316
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	13.133.127	625.201	(267.515)	—	13.490.813
Em andamento	(a)	477.902	221.466	(103.578)	—	764.779
Adiantamento a fornecedores	(a)	41.069	2.491	—	(43.168)	392
Total		16.858.422	923.142	(371.190)	—	17.410.374
Amortização						
Software	(2.978)	(4.956)	—	—	—	(7.934)
Direito de concessão - Investimento	(a)	(93.575)	(155.480)	—	—	(249.055)
Direito de concessão - Outorga fixa	(a)	(962.316)	(561.054)	35.378	—	(1.487.992)
Total		(1.058.869)	(721.490)	35.378	—	(1.744.981)
Intangível líquido		15.799.553	201.652	(335.812)	—	15.665.393

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros.

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 3
--	---	------------



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

INSS a recolher
FGTS a recolher
Férias e encargos sobre férias
Participações nos resultados a pagar
Outros

31/12/2015	31/12/2014
2.852	3.026
954	988
14.407	14.409
14.374	12.000
409	299
32.996	30.722

Estatísticas dos participantes

- Data base do cadastro
- Ativos e Autopatrocinados
 - Quantidade
 - Folha anual dos salários de participação
 - Salário de participação médio anual
 - Idade Média (anos)
 - Tempo de serviço médio (anos)

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Em 31 de dezembro de 2015, o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial. Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas demonstrações financeiras.

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	500.000	11/04/2013	30/06/2016	Itau Seguros S.A.
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2015	24/05/2016	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	500.000	24/05/2015	24/05/2016	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	581.450	03/01/2015	04/06/2016	BTG Pactual/Austral
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	1.170.000	26/03/2013	30/06/2017	Zurich Seguradora S.A.
Seguro de equipamentos móveis	3.300	21/03/2015	24/05/2016	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida - bombeiros	52.793	24/05/2015	24/05/2016	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	500.000	08/08/2015	08/08/2016	Tokio Marine Seguradora

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de setembro/15 a setembro/16 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000. (*) Não é parte do escopo dos auditores independentes a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Concessionária.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros	31/12/2015	
	Valor Justo	Custo Amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	-
Aplicações financeiras	57.455	-
Contas a receber	-	214.290
Partes Relacionadas	-	17.713
Total do ativo	102.545	232.003
Passivos		
Fornecedores	-	88.118
Partes relacionadas	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.686.970
Debêntures	-	701.364
Concessão de serviço público	-	12.864.843
Total do passivo	-	16.363.511

Instrumentos financeiros	31/12/2014	
	Valor Justo	Custo Amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	-
Aplicações financeiras	45.745	-
Contas a receber	-	208.618
Partes Relacionadas	-	17.713
Total do ativo	277.855	226.331
Passivos		
Fornecedores	-	72.218
Partes relacionadas	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	2.480.453
Debêntures	-	644.718
Concessão de serviço público	-	12.039.828
Total do passivo	-	15.259.433

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos, a Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	45.090	45.090	-	-
Aplicações financeiras	57.455	-	57.455	-
Contas a receber	-	-	-	208.618
Partes Relacionadas	-	-	-	17.713
Total do ativo	102.545	45.090	57.455	226.331
Passivos				
Fornecedores	-	-	-	72.218
Partes relacionadas	-	-	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.480.453
Debêntures	-	-	-	644.718
Concessão de serviço público	-	-	-	12.039.828
Total do passivo	-	-	-	15.259.433

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos, a Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.686.970
Debêntures	-	-	-	658.284
Concessão de serviço público	-	-	-	12.864.843
Total	102.545	45.090	57.455	12.864.843
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745	-
Contas a receber	-	-	-	208.618
Partes Relacionadas	-	-	-	17.713
Total do passivo	277.855	232.110	45.745	226.331

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745	-
Contas a receber	-	-	-	208.618
Partes Relacionadas	-	-	-	17.713
Total do ativo	277.855	232.110	45.745	226.331
Passivos				
Fornecedores	-	-	-	72.218
Partes relacionadas	-	-	-	22.216
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.480.453
Debêntures	-	-	-	644.718
Concessão de serviço público	-	-	-	12.039.828
Total do passivo	-	-	-	15.259.433

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos, a Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.686.970
Debêntures	-	-	-	658.284
Concessão de serviço público	-	-	-	12.864.843
Total	102.545	45.090	57.455	12.864.843
Caixa e equivalentes de caixa	232.110	232.110	-	-
Aplicações financeiras	45.745	-	45.745	-
Contas a receber	-	-	-	208.618
Partes Relacionadas	-	-	-	17.713
Total do passivo	277.855	232.110	45.745	226.331

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos, a Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos: Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.480.453
Debêntures	-	-	-	655.450
Concessão de serviço público	-	-	-	12.039.828
Total	15.164.999	3.135.903	12.039.828	12.039.828

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. • Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo. • Debêntures: As debêntures em 31 de dezembro de 2015 apresentam valor de mercado R\$ 658.284 (R\$ 655.450 em 31 de dezembro de 2014). • Concessão de serviço público: Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária. b) Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitem a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Concessionária mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6. c) Risco de liquidez: A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Fornecedores	74.828	-	-	-	74.828
Empréstimos e financiamentos	240.281	684.451	745.416	2.904.512	4.574.660
Debêntures	50.563	107.306	105.191	175.458	438.518
Concessão de serviço público	1.059.357	2.324.451	2.571.930	22.022.843	27.978.581
Total	1.438.319	3.116.208	3.422.537	26.102.813	33.079.877

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Fornecedores	72.218	-	-	-	72.218
Empréstimos e financiamentos	244.316	601.240	860.130	4.377.639	6.083.325
Debêntures	42.780	199.247	337.553	907.777	1.487.357
Concessão de serviço público	993.184	2.168.263	2.433.301	23.296.546	28.891.294
Total	1.352.498	2.968.750	3.630.984	28.581.962	36.534.194

d) Análise de sensibilidade na moeda estrangeira e nas taxas de juros: A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras. Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro	31/12/2015	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	40.093	CDI (% ao ano)	5.565	4.174	2.782
Aplicações financeiras	57.455	CDI (% ao ano)	7.975	5.981	3.987
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
Passivo financeiro			13,88%	10,41%	6,94%

Operação	31/12/2015	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	240.281	TJLP (% ao ano)	194.805	243.507	292.208
Aplicações financeiras	50.563	IPCA (% ao ano)	55.935	67.419	80.902
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
Passivo financeiro			7,25%	9,06%	10,88%
Operação			7,69%	9,61%	11,54%
Referência para passivos financeiros			13,88%	17,35%	20,82%

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	11.432	66.690
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	625.201	561.499
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	7.385	14.700
Transferência de PIS e COFINS para Impostos a recuperar	369.107	-

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais. A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(1.372.416)	(396.301)
Denominador (em milhares de ações)	1.263.151	1.203.672
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	(1,070)	(0,329)

27. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 26 de fevereiro de 2016, Gustavo Soares Figueiredo assumiu a presidência da Concessionária; Em 15 de março de 2015, a Concessionária realizou o pagamento de juros trimestrais das debêntures no valor de R\$ 6.996.

* continuação

Diretoria	Contador
Gustavo Soares Figueiredo - Diretor-Presidente Miguel Dau - Diretor de Operações	Leandro Ferreira Gonçalves CRC 1RJ 105.435
Marcus Vinicius Monteiro Santarém - Diretor Comercial de Negócios Aéreos e Cargas Gustavo Artur Ciocca Zeno - Diretor Administrativo Financeiro, Relações com Investidores e TI	
Conselho de Administração	
Gustavo Nunes da Silva Rocha Presidente do Conselho de Administração Carlos Augusto Borges Vice-Presidente do Conselho de Administração	Fernando Paes de Carvalho Jaime Henrique Caldas Parreira Paulo Sérgio Passos Lima Leonardo Victor Dantas da Cruz
Peterson Patrício Josedir Barreto dos Santos Ricardo Carvalho Giambroni	

continua



Parecer do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 24 de março de 2016, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Deloitte Touche Tohmatsu, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária.

3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos

acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas que os examinará.

Guarulhos, 24 de março de 2016

Rodrigo Fagundes Rangel - Presidente e Membro do Conselho Fiscal

Fernando Gervásio Bastos Visser - Membro do Conselho Fiscal

Carlos Alberto Pacheco de Lima - Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e

divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** *Continuidade operacional da Companhia:* Sem ressalvar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$1.191.953 mil e patrimônio líquido negativo de R\$228.519 mil, causados, principalmente, pelo elevado endividamento, em especial o passivo com a concessão de

serviço público no montante total de R\$12.864.843 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4